

A DISPARIDADE ENTRE O DISCURSO DA ONU PARA LEGITIMAR AS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS E A REALIDADE DO HAITI.

Marina Prado Galuppo Martins, Elizabete Sanches Rocha. – Inter-áreas – Humanas – Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

La experiencia de opresión militar en Haití coloca, de pronto, la exigencia de intentar clarificar algunos juegos verbales utilizados por las fuerzas que se quieren hegemónicas en el mundo. Así, frente a la realidad haitiana, expresiones que la “etiquetan”-ayuda humanitaria, intervención humanitaria, etc-, pierden inmediatamente sentido. Aparecen como nuevas semánticas para encubrir palabras como guerra, ocupación militar, dominación, colonialismo y otras, históricamente cargadas de horror, opresión, sangre, mutilación y muerte.¹

(João Luiz Duboc Pinaud)

O destaque do Haiti no debate atual das relações internacionais se dá pela presença de tropas das Nações Unidas no país, em função da “missão de paz” denominada MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti) comandada pelo Brasil.

A partir da década de 1990, a justificativa humanitária surge como motivo plausível para a coerção militar e a intervenção humanitária surge como uma medida de segurança internacional, sendo autorizada pelo Capítulo VII da Carta da ONU (Organização das Nações Unidas), o qual estabelece as funções do Conselho de Segurança.

Uma das principais justificativas para as intervenções humanitárias é o fato de que o Estado, sozinho, não é capaz de apresentar soluções eficazes às crises contemporâneas, sendo assim fundamental a mobilização da sociedade internacional para resolver ou amenizar as consequências humanitárias dos conflitos internacionais e intraestatais. A ONU surge nesse contexto com o propósito de aumentar a capacidade e a efetividade da ajuda humanitária internacional.

Dentro do contexto de intervenção humanitária, o foco da pesquisa será uma análise do caso do Haiti, nação marcada por um histórico de conflitos internos que se estendem desde o seu processo de luta pela independência frente à França, perpassando por ditaduras, eleições fraudulentas, golpes e diversas intervenções estrangeiras de todo tipo. Atualmente se encontra “ocupada” por tropas da ONU – os “capacetes azuis” – com a justificativa de desarmar as diversas facções que intensificam a onda de violência no país e de garantir o fortalecimento de suas instituições democráticas.

A importância em demonstrar a disparidade entre o discurso que a Organização das Nações Unidas (ONU) produz para legitimar as intervenções humanitárias e a realidade do Haiti está em problematizar a atuação da organização no país mais pobre das Américas. De um lado, encontra-se o discurso da “democracia”, da “reconstrução”, da “paz” imposta e da “estabilização” do país. Do outro, um histórico de aniquilamento cultural, econômico e político que faz do Haiti o estigma da miséria, da violência e enfrenta o paradoxo de ser a primeira república negra do mundo, mas que desde a revolução que a tornou “independente”, vem lutando para conquistar sua liberdade.

A análise da conjuntura do Haiti necessita de um estudo histórico, político, econômico e social do país, situado na região do Caribe, a oeste da ilha de Hispaniola, que divide com a República Dominicana. Fruto da colonização européia, em um primeiro momento colonizada por espanhóis e, posteriormente, por franceses, o Haiti sempre foi alvo de disputa entre as potências. A alta rentabilidade proporcionada pelo comércio do açúcar e do tráfico de escravos ocasionou a entrada de

¹ Extraído do relatório final da Missão Internacional de Investigação e Solidariedade com o Haiti, movimento que questiona a intervenção humanitária promovida pela ONU no Haiti e clama pela retirada das tropas estrangeiras e pela anulação da dívida externa haitiana. MISIÓN INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y SOLIDARIDAD CON HAITÍ, 2005, Haiti. Relatório final da missão – Haití: soberanía y dignidad.

quase meio milhão de escravos na colônia francesa, o que posteriormente gerou constantes revoltas de escravos e finalmente, sentindo os efeitos da Revolução Francesa, resultou na proclamação da independência (1804), após diversos anos de guerra que destruíram a maior parte das plantações e manufaturas de açúcar, pondo fim à importância econômica do Haiti.

De acordo com Paul Farmer, no livro *The uses of Haiti* (2006), apesar de sua independência nominal, o Haiti não pôde escapar das algemas da dominação estrangeira, uma vez que a revolução, de caráter anticolonial e antiescravista, não foi acompanhada por uma ruptura com o sistema econômico vigente. Dessa maneira, ao se tornar independente, o país se constituiu em objeto de disputa entre as potências.

O Haiti encontrou muitos obstáculos para se inserir no contexto internacional como nação independente, uma vez que a França exigiu do governo haitiano o pagamento de indenização pelas perdas das plantações, o que resultou em décadas de dominação francesa das finanças haitianas e teve efeito catastrófico para a economia do país. Ademais, os Estados Unidos se recusaram a reconhecer a independência do Haiti até 1865 e em 1915 implementaram uma ocupação militar no país que perdurou por quase duas décadas (1934), objetivado pela posição estratégica do Haiti na rota do Panamá, provocando uma mudança nas esferas de influência. A França perde sua posição para os Estados Unidos que passam a controlar os negócios haitianos.

Em 1957, chega ao poder a família Duvalier que estabelece no Haiti uma ditadura de quase 30 anos. Jean François Duvalier, o Papa Doc, e seu filho, Jean-Claude, o Baby Doc, através da criação de uma guarda pessoal conhecida como os *Tontons-Macoutes*, puderam garantir o controle sobre o país, eliminando oposições dentro do exército, adversários políticos, e líderes de grupos de oposição. “Para se manter no poder, Duvalier submeteu o país à hegemonia norte-americana no Caribe: fez do Haiti um satélite incondicional do país do Norte (...) E com o apoio do governo americano, instalou no país um regime de terror”.²

Após o exílio de Jean-Claude, em 1986, instala-se no país um governo interino, chefiado pelo general Henry Namphy. Em 1988, Leslie Manigat é eleito presidente, mas é expulso ao tentar retirar do posto o general Namphy. Então, assume a Presidência, o general Prosper Avril através de novo golpe. Em 1990, Avril é obrigado a deixar o país e Jean Bertrand Aristide é eleito Presidente do Haiti, porém após nove meses de governo é derrubado por um golpe de Estado aplicado pelo general Raül Cédras e se inicia outro período de perseguição e morte massiva.

A ONU se insere no Haiti em 1990, através da monitoria das eleições por um grupo de observadores (UN Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti) e mais tarde, em junho de 1993, por meio da missão conjunta com a Organização dos Estados Americanos (OEA), envia a MICIVIH (Missão Civil Internacional no Haiti) a fim de monitorar a situação dos direitos humanos e a violação destes.

Em meio à instabilidade causada pelas violações aos direitos humanos no país, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reforçou o embargo sobre petróleo e armas com a justificativa do intenso fluxo de refugiados haitianos e da ilegitimidade do regime e, em setembro de 1993, autorizou a UNMIH (Missão da ONU no Haiti), que foi barrada pelos “attachés”, os civis armados e fez com que a UNMIH e a MICIVIH deixassem o Haiti.

Diante da ineficácia das tentativas da ONU, somente em agosto de 1994, com negociações conduzidas pelos Estados Unidos, Aristide regressa ao país juntamente com a missão conjunta da ONU e da OEA, que permanecem até 1999.

Aristide é eleito novamente em 2000, em meio a fortes acusações de fraude, e em 2004, sob pressão dos Estados Unidos e França, Aristide é forçado a renunciar. Desde então, o Haiti se encontra ocupado pelas tropas da MINUSTAH, a qual tem sofrido muitas críticas de organizações não-governamentais que denunciam abusos de poder das tropas da missão contra a população civil haitiana e também apontam para uma certa omissão da força de paz em relação às violações de direitos cometidas pela política do país.

Marcelo Grondin já apontava, em 1985, que o “Haiti é um cemitério de projetos” e o problema disso é que “os projetos, pacotes preparados fora, são lançados de pára-quedas nas comunidades, sem partir de sua própria cultura, de suas estruturas, de seus costumes e de suas potencialidades”.³

² GRONDIN, Marcelo. *Haiti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 48.

³ Ibid., p.96.

Por isso, o objetivo principal da pesquisa é demonstrar que o modelo de intervenção humanitária apresentado pela ONU falha quando desconsidera o processo histórico e as características de cada povo, mostrando-se assim incapaz de solucionar questões sociais históricas de um país como o Haiti.

O discurso da ONU para legitimar essa intervenção militar não corresponde com os verdadeiros interesses de cada estado envolvido na denominada “missão de paz” e da própria Organização, uma vez que são escamoteados pela retórica do altruísmo, da solidariedade internacional, da garantia da ordem e da democracia.

A análise da história do Haiti explicita o fato de que tais tentativas de imposição cultural têm agravado cada vez mais os problemas do país, o que reflete a necessidade de um trabalho conjunto com a população haitiana a fim de mudar a estrutura da sociedade e não simplesmente “restabelecer as instituições democráticas no país e garantir a estabilidade do mesmo”. Dessa maneira, o método histórico é fundamental para a presente pesquisa.

Ademais, é essencial a análise de documentos, como resoluções e relatórios da ONU, que expõem a visão da organização internacional em relação à missão de manutenção de paz no Haiti, bem como a leitura de artigos publicados em revistas de Relações Internacionais, livros que tratam do tema das intervenções humanitárias, direitos humanos, bem como os que tratam da história do país onde se dá a intervenção.

É importante também a leitura de dois relatórios: um da *Missão Internacional de Investigação e Solidariedade com o Haiti* e outro da organização não-governamental *Centro de Justiça Global*. Ambos relatórios fazem uma avaliação da MINUSTAH e nos permitem mostrar diferentes abordagens sobre a intervenção no país.

Desse modo, a pesquisa enfoca o questionamento da intervenção humanitária no Haiti a partir da complexidade que ela realmente apresenta, buscando também analisar o discurso da ONU e até que ponto não tem se perpetuado ao longo da história do país.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro; HERBOLD, Hildegard. **Caribe: o paraíso submetido**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. **Em nome da democracia. A OEA e a crise haitiana – 1991-1994**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

CASANOVA, Pablo González (org). **América Latina: historia de médio siglo**. v.2. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL; HARVARD LAW STUDENT ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS, mar. 2005. Relatório: **Mantendo a Paz no Haiti?** Disponível em: <<http://www.global.org.br/portuguese/jgrelatorios.html>>. Acesso em: 07 de Junho de 2006.

CHOMSKY, Noam; FARMER, Paul; GOODMAN, Amy. **Getting Haiti right this time: the U.S. and the coup**. Monroe: Common Courage Press, 2004.

FARMER, Paul. **The uses of Haiti**. Monroe: Common Courage Press, 3.ed., 2006.

FERRO, Marc (org). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HIRST, Mónica. **Democracia, seguridad e integración: América Latina en un mundo en transición**. Buenos Aires: FLACSO, Grupo Editorial Norma, 1996.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações Internacionais: cultura e poder**. Brasília: IBRI, 2002.

MICHEL, Emilio Cordero. **La Revolución Haitiana y Santo Domingo**. Santo Domingo: Editora Nacional, 1968.

MISIÓN INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y SOLIDARIDAD CON HAITÍ, 2005, Haiti. Relatório final da missão – **Haití: soberanía y dignidad**. Disponível em: <<http://www.jubileubrasil.org.br/alcantara/relatorio.pdf>>. Acesso em: 10 de Maio de 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. <http://www.onu-brasil.org.br>.

RODRIGUES, Simone Martins. **Segurança internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no pós-Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. **Fenomenologia de uma Barbárie: abjeção ao migrante haitiano no Caribe**. Brasília: UnB, 2004. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2004.

SEITENFUS, Ricardo. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 05-12, mar. 2006.

SCHOULTS, L. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. São Paulo: EDUSC, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima (org.). **América Latina: cidadania, desenvolvimento e Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.